

**ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DAS MULHERES – REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE
2021**

No dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Teams*, foi realizada a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros titulares e suplentes: Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra (SNPM/MMFDH); Mariana de Souza Machado Neris (SNPG/MMFDH); Amália Lustosa Albuquerque Camilo (SIT/SEPT - MTP); Danielle Cristina Lanius (Casa Civil - PR); Vanessa Ferreira de Lima (SGPR); Juliany Santos (MC); Ana Paula Piedade Pedrosa (SEOT/ME); Adriana Rodrigues Martins (MRE); Mariléia Silva Paula (SNPPIR/MMFDH); Raquel Álvares Leão (MAPA); Camila Berehoff Pasetto Bastos (MMA); Sônia Maria Zerino da Silva (CNTI); Alessandra Santos de Almeida (CFP); Eunice Aparecida da Cruz (BPW-Brasil); Laudelina Inácio da Silva (ABMCJ); Glaucia Fátima Barban Morelli (CMB); Maria Dirlene Trindade Marques (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos); Cleide Silva Pereira Pinto (FENATRAD); Celina Alves Padilha Arêas (CTB); Adélia Moreira Pessoa (IBDFAM); Jovanna Cardoso da Silva (FONATRANS); Mara Luzia Feltes (CUT); Santa Alves (UNEGRO); Gilcelene Braga Assunção (EIG); Adriana Rosa dos Santos (FMM); Vanja Andrea Reis dos Santos (UBM); Karina Marques (Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência); Evelin Cavalini Santana (ABL); Marcleidy Cristina Slama da Fonseca Pacheco (MTUR); Berenice D'arc Jacinto (CNTE); Lucy Tertulina Araújo Lima (ONCB); Celecina Rodrigues dos Santos (Instituto EcoVida); Nágyla Drumond (CONAM); Patrícia Gonçalves Soares (MORHAN). Coordenadora-Geral do CNDM: Maria Crislane Pinto Pereira. **Abertura da 65ª Reunião Ordinária do CNDM (Pleno).** A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra iniciou a reunião cumprimentando a todos. Passando aos **informes de conjuntura**, a Conselheira Santa Alves saudou a

todos e iniciou sua fala discorrendo sobre as dificuldades enfrentadas pelo movimento negro nos dias atuais e informou que no dia 20 de novembro de 2021 ocorreram várias reivindicações para que medidas fossem tomadas no sentido de melhorar a situação da população negra do Brasil. Solicitou que o conselho incentive, participe e acompanhe as iniciativas do movimento negro para a proteção da mulher e que no dia 04 de dezembro de 2021 ocorreriam reivindicações, iniciadas por mulheres, no Brasil. Discorreu sobre a violência nas pessoas negras no Brasil. A Conselheira Alessandra Santos de Almeida saudou a todos e deu boas vindas as novas instituições participantes, reafirmando o propósito do conselho. Fez menção a campanha dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, solicitou o fim da violência contra as mulheres, reiterou a luta diária do combate ao racismo e sexismo estrutural. Lembrou a importância da realização dos encontros presenciais do Conselho e solicitou o retorno das atividades presenciais. Informou sobre a necessidade de incluir mais pautas para debate a respeito da violência psicológica sofrida pelas mulheres. Fez menção à política de saúde pública enfrentada pela população negra. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques saudou a todos e acrescentou as falas das conselheiras anteriores, lembrou que está em atividade nas ruas em defesa das mulheres. Discorreu a respeito da importância de entender sobre a dinâmica do capital financeiro e assim poder intervir de forma eficaz. Enfatizou os desafios a serem enfrentados pela CNDM, quais sejam: os processos de exploração e opressão. A Conselheira Jovanna Cardoso da Silva saudou a todos presentes e iniciou sua fala informando que está tendo dificuldades de comunicação através da internet e apresentou dois informes, quais sejam: a FONATRANS, com a ajuda da iniciativa privada, forma, no próximo dia 02 de dezembro de 2021, sua primeira turma profissionalizante (cursos de manicura e pedicure) de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, com previsão de expansão do projeto (inclusão dos cursos de cabeleireiro e maquiagem) e a formação de mais quatro turmas até setembro de 2022 e deixou registrado que a campanha “Natal Solidário” da FONATRANS vai conseguir distribuir 8 mil cestas básicas, dessas apenas 230 foram doadas pelo Governo Federal e o restante foram doações de empresas privadas do Rio de Janeiro e de São Paulo, para mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, enfatizou que ações realizadas pela FONATRANS repercutem positivamente para o CNDM. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva saudou a todos e cumprimentou as conselheiras que a antecederam. Salientou a participação da Instituição na câmara técnica internacional do Grupo "Coalizão Brasil-Afganistão" e fez a explanação sobre

o Grupo. Logo em seguida, informou que está em andamento, sob a liderança da Dra. Amini Haddad Campos e com ajuda da Ministra do STM Maria Elizabeth Rocha, um projeto de trazer algumas famílias afegãs para o território brasileiro e que o projeto já passou pela primeira etapa, a qual foi de sensibilizar o Governo Federal no sentido de viabilizar o acolhimento dessas famílias afegãs no Brasil, em especial juízas afegãs, e que contou com o apoio da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves, de Senadores da República e de Deputados Federais. Nessa esteira, informou que, atualmente o projeto, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), está na fase de acolhimento das 27 juízas que optaram pela vinda ao Brasil, autorizadas pelo Governo Federal. Além disso, informou que o Grupo está em busca de passagens aéreas para viabilizar a vinda das juízas e de suas famílias e que, até a presente data, obtiveram a anuência da empresa aérea Qatar Airways e da empresa aérea Azul. No entanto, o Grupo ainda não conseguiu passagens para todos. Solicitou que o CNDM, com anuência de todos, emitisse um ofício cumprimentando as 22 mulheres que disputaram a presidência da OAB nos estados. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa cumprimentou todos do conselho e ratificou o que foi dito pelas conselheiras anteriores. Acrescentou que estão se aproximando datas comemorativas e que, inclusive, o dia 25 de novembro de 2021 marca a violência política cometida contra as mulheres que lutavam contra a ditadura na República Dominicana e que dia 1º de dezembro é celebrado o Dia Mundial de Luta Contra a AIDS. Lembrou que o número de mulheres infectadas pelo vírus está crescendo e enfatizou que era necessário a desconstrução de alguns preconceitos relacionados a AIDS. Além disso, fez questão de lembrar que o dia 6 de dezembro marca o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres e posicionou-se para entrar em contato com a ONU Mulheres e incentivar a criação de comitês regionais para tratar do assunto. Logo em seguida, fez a leitura do Decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014, que regulamenta o CNDM e registrou a proposta de realizar encontros regionais ou encontro nacional para debater assuntos importantes na defesa das mulheres, especialmente em conjunto com a ONU Mulheres. A Conselheira Nágyla Drumond saudou a todos presentes, em especial, a Coordenadora-Geral do CNDM: Maria Crislane Pinto Pereira. Informou que, o CONAM integra a Campanha “Despejo Zero” no Brasil e realizou duas atividades, nas cidades de Manaus e em Fortaleza, onde realizou visitas a ocupações com diferentes graus de existência e consolidação a fim de mapear as famílias que sofrem com a violência dos despejos durante a pandemia. Trouxe dados estatísticos do Fórum

Nacional da Reforma Urbana, em que informa que há mais de cento e vinte mil famílias ameaçadas em todo o país, sendo vinte mil famílias removidas de forma violenta, tanto em despejos administrativos quanto em despejos judiciais, ocorridos antes da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) oitocentos e vinte e oito e lembrou que diversos fóruns e movimentos sociais estão em busca de prolongar a ADPF oitocentos e vinte e oito, em virtude da precariedade existente das famílias durante a pandemia. Solicitou apoio do CNDM para realizar uma moção em apoio ao prolongamento da ADPF oitocentos e vinte e oito. Finalizado os informes, A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra submeteu a pauta à aprovação, sendo aprovada por unanimidade, contendo os seguintes itens no dia 24/11/2021: 9h às 12h - Reunião das Câmaras Técnicas: Câmara Técnica de Legislação e Normas, Câmara Técnica Assuntos Internacionais; 12h às 14h - Almoço; 14h às 17h - Reunião das Câmaras Técnicas: Câmara Técnica Plano Nacional Políticas para as Mulheres, Câmara Técnica Planejamento e Orçamento; 17h - Encerramento; e os seguintes itens no dia 25/11/2021: 09h às 12h - Abertura da 65ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Pleno); Informe de Conjuntura; Aprovação da Ata da 64ª Reunião Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária; Relatórios das Câmaras Técnicas: Câmara Técnica Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Câmara Técnica Planejamento e Orçamento, Câmara Técnica de Legislação e Normas, Câmara Técnica Assuntos Internacionais; 12h às 14h – Almoço; 14h às 17h - Ligue 180; Planejamento/Calendário 2022; 17h - Encerramento. Prosseguindo a **aprovação da Ata da 64ª Reunião Ordinária**, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra questionou se haveria alguma manifestação e não havendo, a Ata foi considerada aprovada. Passando aos **Relatórios das Câmaras Técnicas**. Iniciando pela **Câmara Técnica Assuntos Internacionais**, a Conselheira Laudelina Inácio da Silva saudou novamente a todos e destacou positivamente a reunião realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um e passou para a leitura da ata da reunião. A Sra. Juliana saudou a todos e deu início ao relato, elencou os membros presentes e as justificativas de ausência na reunião ocorrida e fez a leitura da ata de reunião da Câmara Técnica Assuntos Internacionais do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, às nove horas da manhã, em formato virtual por meio do aplicativo Microsoft Teams. Feita a leitura da Ata, a Conselheira Laudelina Inácio da Silva questionou se haveria alguma objeção e não havendo, a Ata foi considerada aprovada. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra parabenizou o trabalho

realizado pela Câmara Técnica Assuntos Internacionais e enfatizou a dedicação e o empenho dos membros que a compõem. Prosseguindo a **Câmara Técnica de Legislação e Normas**, a Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques informou que foi realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um a reunião e solicitou que a Coordenadora Geral do CNDM, Maria Crislane Pinto Pereira, lesse o relatório. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira deu início ao relato, elencou os membros presentes e as justificativas de ausência na reunião ocorrida e fez a leitura do relatório da reunião da Câmara Técnica de Legislação e Normas do Conselho Nacional de Direitos da Mulher realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um. Logo em seguida, a Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques fez a leitura da minuta da Moção de Alerta junto ao Congresso Nacional a respeito do Projeto de Lei 130/2011, que trata da diferença na remuneração salarial entre homens e mulheres. A Conselheira salientou que essa moção fortalece o trabalho que as centrais sindicais já estão fazendo junto ao Congresso Nacional e enfatizou que a igualdade salarial, que está prevista na Constituição Federal de 1988, ainda não foi concretizada. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra questionou se haveria alguma objeção contra a aprovação da moção de alerta e não havendo, a moção de alerta foi considerada aprovada. Solicitou para que a Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques enviasse o conteúdo da moção por e-mail para as demais conselheiras. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa solicitou a leitura mais cuidadosa, especialmente, na revisão de alguns aspectos formais da moção. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra sanou a dúvida em relação ao objeto do documento e foi ratificada pela Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques. A Conselheira Celina Alves Padilha Arêas lembrou da importância do debate em relação à aprovação da moção, enfatizando que a ideia desse documento é, conforme a Constituição Federal de 1988, a igualdade salarial de homens e mulheres para o mesmo trabalho laboral e argumentou que até a presente data isso não é realidade. Discorreu sobre o trâmite ocorrido no PL 130 e salientou que o processo está parado desde então e, por fim, informou que existe uma campanha para incentivar a votação do projeto. A Conselheira Nágyla Drumond informou que está de acordo tanto no conteúdo quanto na moção, no entanto prefere que seja enviado por e-mail para uma leitura mais cuidadosa. Questionou, a fim de conhecimento, qual o procedimento a ser adotado na propositura de moção feita no início da reunião em sua fala nos informes de conjuntura e também questionou em qual momento poderia encaminhar o conteúdo da moção pretendida para que possa ser

apreciada pelo pleno. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira, respondeu ao pleito informando que todas as proposituras de moções, sobretudo aquelas feitas de última hora, devem primeiro passar pelas Câmaras Técnicas e só depois poderiam ser apresentadas para votação. Exemplificou informando que: caso as conselheiras queiram dar celeridade ao processo, é importante que façam a proposição da moção e depois será enviada por e-mail para votação e assim não há a necessidade de esperar até a próxima reunião. No entanto, reforçou que as Câmaras Técnicas são os órgãos responsáveis pela avaliação e produção dos normativos. A Conselheira Santa Alves reforçou que o expediente do Congresso Nacional vai até o dia 14 de dezembro de 2021 e pediu para que houvesse celeridade na votação da moção e, conseqüentemente, na sua aprovação para que o documento seja encaminhado o mais rápido possível para a Entidade. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira sugeriu que a moção seja encaminhada por e-mail e que a votação possa ocorrer no começo da 2ª parte da reunião, no período da tarde no primeiro horário. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra concordou com a sugestão e solicitou para que as conselheiras, em seu momento de fala, deem os seus encaminhamentos à sugestão feita pela Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira. A Conselheira Alessandra Santos de Almeida argumentou que caso não haja divergência em relação ao conteúdo da moção, não haveria necessidade de reter o documento e enfatizou que o CNDM possui pouco tempo formal para discussão, no sentido de que precisa ser melhor aproveitado pelos membros e assim garantir maior eficácia nas decisões. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques endossou a sugestão anteriormente dada pela Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira. A Conselheira Glaucia Fátima Barban Morelli relatou a importância do momento atual em que as centrais sindicais estão empenhadas na luta da igualdade salarial entre homens e mulheres e enfatizou que essa moção é um dos principais “motores” para uma possível vitória na PL 130. Reforçou que a moção deve ser aprovada e sugeriu a criação de uma representação da CNDM para que faça a entrega da moção pessoalmente ao Presidente da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, Arthur Lira, às bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e a todos os líderes de partidos. Por fim, parabenizou todas as mulheres sindicalizadas, em especial a Conselheira Celina Alves Padilha Arêas e a Conselheira Sônia Maria Zerino da Silva. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques questionou se haveria alguma objeção ao primeiro pedido, votação da moção no primeiro período da tarde, e não havendo, o pedido foi

considerado aprovado, com anuência da Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra. Em seguida, sugeriu que as conselheiras que tenham residência em Brasília - DF fossem selecionadas para comissão. A Conselheira Santa Alves e a Conselheira Berenice D'arc Jacinto se disponibilizaram a fazer parte da comissão. A Conselheira Celina Alves Padilha Arêas informou que a Conselheira Sônia Maria Zerino da Silva também se disponibilizou a fazer parte da comissão. A Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos informou que, mesmo não morando em Brasília - DF, fica à disposição da CNDM tendo em vista que sempre está presente na cidade e lembrou que a CNDM havia se comprometido a ir ao encontro do Congresso Nacional para tratar dos projetos que versam sobre os direitos das mulheres que estão em trâmites na Casa e sugeriu, ainda, que a comissão a ser criada trabalhe no sentido de ajudar a facilitar essa tratativa. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra justificou o motivo de ainda não ter ocorrido o encontro junto ao Congresso Nacional. Lembrou que a CNDM deve manter o foco nas questões principais, pois as bancadas femininas no Congresso estão priorizando alguns Projetos de Leis, dentro da Campanha “21 DIAS DE ATIVISMO”. A Conselheira Santa Alves sugeriu que a moção de alerta deva ser priorizada e encaminhada para a bancada feminina no Congresso Nacional, sendo ratificada por todos os membros. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques perguntou se haveria alguma objeção ao segundo pedido, criação da comissão para tratar diretamente da moção junto ao Congresso Nacional, e não havendo, o segundo pedido foi considerado aprovado. Informou que a comissão será composta pelas seguintes conselheiras: Sônia Maria Zerino da Silva, Berenice D'arc Jacinto, Karina Marques e a Santa Alves, podendo ainda receber auxílio da Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos e da Conselheira Alessandra Santos de Almeida quando estiverem em Brasília - DF. Ato contínuo, informou sobre a ausência de intervenções do CNDM em datas comemorativas referentes às mulheres e sugeriu que o Conselho deliberasse no sentido de propor ações com antecedência e citou como exemplo propostas de intervenções para o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra lembrou que o Conselho já havia se antecipado em outra oportunidade e solicitou que o CNDM não marque as reuniões ordinárias em datas comemorativas. Mencionou que iria ocorrer algumas manifestações no decorrer do dia. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira informou que será dado oportunamente um tempo específico para tratar do assunto de planejamento e gestão para o ano de 2022, no período da tarde. A Conselheira Santa Alves reforçou que ocorrerá uma

manifestação na Rodoviária do Plano Piloto às 16h e 30 minutos e às 19h ocorrerá o encerramento do Seminário Nacional de Saúde das Mulheres do Conselho Nacional de Saúde. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques terminou seu momento de fala ao informar que para a próxima reunião ordinária do CNDM, a Câmara Técnica de Legislação e Normas estará encaminhando as alterações e atualizações do Regimento Interno e posteriormente irá marcar uma reunião específica para aprovação do Regimento Interno. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira informou que os membros da Câmara Técnica Planejamento e Orçamento e os membros da Câmara Técnica Plano Nacional Políticas para as Mulheres não puderam comparecer e a reunião foi remarcada, sendo justificada as ausências. A Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos solicitou que as conselheiras fizessem uma reflexão sobre o diferencial na 65ª Reunião Ordinária do CNDM, enfatizou que o Conselho teve uma direção compartilhada e que o CNDM vem buscando atuar conforme deliberação do pleno. Parabenizou a todos os membros pelo desenvolvimento dos trabalhos do Conselho e parabenizou a condução dos trabalhos no período da manhã, em especial a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra e a Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques parabenizou a Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira por facilitar os trabalhos dos membros. Propôs que os trabalhos da CNDM retornassem no período da tarde mais cedo, às 13h. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra questionou se haveria alguma objeção e não havendo, o pedido foi considerado aprovado. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira parabenizou as Câmaras Técnicas pela condução dos trabalhos e informou que, na nova gestão, o CNDM mudou o método de condução das Câmaras Técnicas e assim melhorar a forma de condução das reuniões e os objetivos das Câmaras Técnicas. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva solicitou uma questão de ordem e informou que a Câmara Técnica Assuntos Internacionais propôs a criação de um grupo de trabalho temporário para acompanhar e analisar as questões relacionadas à mulher negra no MERCOSUL em todos os posicionamentos e eventos que estão acontecendo. A reunião do período matutino do CNDM foi encerrada pela Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra, com retorno dos trabalhos às 13h. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra, reiniciou a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM. Informou que foram criados dois Grupos de Trabalhos, sendo o primeiro para a questão de políticas públicas de combate à fome de mulheres, composto pela Gláucia Fátima Barban Morelli, e o outro Grupo de

Trabalho das questões raciais da mulher negra e LGBTQI+, composto pelas seguintes conselheiras: Santa Alves, Vanja Andrea Reis dos Santos, Maria Angelica, Berenice D'arc Jacinto e Laudelina Inácio da Silva. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra questionou se havia alguma objeção à criação dos grupos e não havendo, foi considerada aprovada, por unanimidade, a criação dos Grupos de Trabalho. Logo em seguida passou para a aprovação do texto da Moção de Alerta à PL 130/2011. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa solicitou algumas alterações no texto original e de imediato foi atendido pela Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra iniciou a votação nominal das alterações na Moção de Alerta, a qual teve os seguintes votos: Adélia Moreira Pessoa (IBDFAM), votou sim; Alessandra Santos de Almeida (CFP), votou sim; Amália Lustosa Albuquerque Camilo (SIT/SEPT - MTP), votou sim; Ana Paula Piedade Pedrosa (SEOT/ME), votou sim; Celina Alves Padilha Arêas (CTB), votou sim; Danielle Cristina Lanius (Casa Civil - PR), votou sim; Evelin Cavalini Santana (ABL), votou sim; Gilcelene Braga Assunção (EIG), votou sim; Glaucia Fátima Barban Morelli (CMB), votou sim; Ivanete Alves de Oliveira (UNEGRO), votou sim; Karina Marques (Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência), votou sim; Laudelina Inácio da Silva (ABMCJ), votou sim; Marcleidy Cristina Slama da Fonseca Pacheco (MTUR), votou sim; Maria Candida Muniz Trigo, votou sim; Maria Luiza Feltes (CUT), votou sim; Maria Dirlene Trindade Marques (Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos), votou sim; Marinéia Silva de Paula (SNPIR), votou sim; Nágyla Drumond (CONAM), votou sim; Raquel Álvares Leão (MAPA), votou sim; Sônia Maria Zerino da Silva (CNTI), votou sim; Vanja Andrea Reis dos Santos (UBM), votou sim; Viviane Fernanda Dutra (Presidente Substituta), votou sim. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra declarou que foram aprovadas, por unanimidade, as alterações no texto da Moção de Alerta. Passando ao calendário, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra sugeriu que as reuniões temáticas fossem deliberadas no âmbito das Câmaras Técnicas, devido a particularidade de cada uma delas. Questionou se haveria alguma objeção e não havendo, foi aprovada a sugestão. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira apresentou a minuta do calendário com as datas previstas para as reuniões ordinárias e de coordenação política. Na ocasião, a coordenadora geral explanou com detalhes o motivo da seleção das datas apresentadas, ressaltando que as Câmaras Técnicas têm total liberdade de escolha de datas das suas reuniões mensais. As datas propostas para a reunião de coordenação política são: 17 de

janeiro, 7 de fevereiro, 7 de março, 11 de abril, 16 de maio, 13 de junho, 11 de julho, 15 de agosto, 12 de setembro, 17 de outubro, 14 de novembro e por fim 12 de dezembro, todas do ano de 2022. Foi apresentada também as propostas de datas para as reuniões ordinárias do CNDM que são: 15 e 16 de fevereiro, 24 e 25 de maio e 8 e 9 de novembro, todas do ano de 2022. A Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira solicitou que as Câmaras Técnicas enviem as datas escolhidas de suas reuniões mensais para a coordenação da CNDM. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa registrou que as reuniões de coordenação política devem ser próximas às reuniões ordinárias do CNDM. A Conselheira Celina Alves Padilha Arêas lembrou que as reuniões extraordinárias e emergências podem ser convocadas a qualquer tempo pela Presidência do Conselho. Sugeriu que a primeira reunião do ano de 2022 possa ser em caráter extraordinário e que fosse realizada, no máximo, na 2ª semana de fevereiro de 2022. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra concordou com a Conselheira Celina Alves Padilha Arêas e indagou o Conselho a respeito da aprovação ou não do calendário apresentado. a Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques dirimiu as dúvidas do Conselho ao explicar que era necessário ter a primeira reunião ordinária do CNDM no início de fevereiro do ano de 2022 e logo em seguida uma reunião extraordinária antes do dia 08 de março para aprovação do Regimento Interno, tendo sugerido as datas 08 e 09 de fevereiro de 2022 para a primeira reunião ordinária do Conselho. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra encaminhou a alteração do calendário proposto para votação do Conselho, e questionou se haveria alguma objeção. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa registrou sua objeção no sentido de aprovar apenas o calendário dos meses de janeiro e fevereiro de 2022 e deixando para aprovar o restante do calendário na ocasião da primeira reunião ordinária. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra retirou a proposta de calendário de pauta e encaminhou para deliberação da primeira reunião ordinária a ser realizada nos dias 08 e 09 de fevereiro do ano de 2022. Questionou se haveria alguma objeção e não havendo, foi considerada aprovada, por unanimidade, as datas da primeira reunião ordinária do CNDM, sendo o formato, presencial ou virtual, a ser definido oportunamente. Logo em seguida, explanou o motivo de não realizar a reunião de forma presencial. Ato contínuo, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra informou que a apresentação do “Ligue 180” não será mais realizada por motivos de força maior. Informou ainda, que a Coordenadora Geral do CNDM Maria Crislane Pinto Pereira disponibilizará no dia seguinte o *link* contendo os dados estatísticos da “Ligue 180” através do e-mail.

Passando a pauta de Planejamento do ano de 2022, sugeriu que o Conselho propusesse uma data para o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e as datas comemorativas, sendo que nas próximas reuniões das Câmaras Técnicas essas datas possam ser decididas quanto às formas, aos meios de realização e ao seu detalhamento em conjunto com as ações de datas importantes no âmbito das Câmaras Técnicas. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra sugeriu as datas 10 e 11 de março de 2022 para a realização dos Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e questionou se haveria alguma objeção e não havendo, foi aprovada, por unanimidade, a data de 10 e 11 de março para a realização do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa solicitou que seja comunicado aos Conselhos Estaduais, ainda no corrente ano, a definição da data do Fórum Nacional para que insiram em sua agenda. A Conselheira Evelin Cavalini Santana informou que as solicitações de envio de informações a respeito de documentos e dos andamentos feitos em reuniões anteriores ainda não foram atendidas, inclusive, os dados atualizados do Ligue 180 não foram recebidos, tendo em vista a alteração no fluxo da documentação. Reforçou o pedido dessas informações. A Conselheira Mariléia Silva Paula convidou o Conselho para conversar sobre a situação da população negra no atual cenário político. Informou que SNPPIR realizará, em parceria com a Secretaria de Política para Mulheres, uma campanha internacional sobre empreendedorismo e renda das mulheres negras prevista para iniciar no dia 08 de março de 2022 e enfatizou a importância da participação do CNDM na campanha. Explicou que o Governo Federal ratificou a Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e informou que essa Convenção será publicada no Diário Oficial. Informou ainda, a publicação decreto que trata a respeito da 5ª CONAPI cujo tema é “Enfrentando o racismo e as outras formas correlatas de discriminação étnico-raciais e de intolerância religiosa: política de Estado e responsabilidade de todos nós” que será realizada nos dias 2 a 6 de maio de 2022. Por fim, sugeriu que o pleno do CNDM colocasse em pauta um momento para que a Secretaria Nacional de Política de Promoção de Igualdade Racial apresentasse as suas ações e projetos relacionados à população negra. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra agradeceu e parabenizou a Conselheira Mariléia Silva Paula e informou que as portas estão abertas para a Secretaria Nacional de Política de Promoção de Igualdade Racial. Finalizada a pauta, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.